



Análise da queixa escolar na década de 1950, em Belo Horizonte - MG: o discurso dos pioneiros do SOSP

School Problems in the 1950s decade in Belo Horizonte - MG: the SOSP pioneers analysis

Mauro Giffoni de Carvalho

Universidade do Estado de Minas Gerais

Regina Célia Passos Ribeiro de Campos

Universidade Federal de Minas Gerais

Nelson Luiz Ribeiro da Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais

Brasil

Resumo

O presente artigo visa analisar, a partir dos laudos psicológicos do acervo documental do Serviço de Orientação e Seleção Profissional - SOSP/UEMG, a queixa escolar registrada em diagnósticos e encaminhamentos de alunos das séries iniciais, datados do período correspondente aos anos de 1950 a 1959, por meio da abordagem metodológica da pesquisa documental. Observou-se, nos laudos analisados, que o discurso da queixa escolar na década de 1950 sustentava-se em teorias científicas e práticas psicométricas centradas nas características psicológicas e psicopatológicas do aluno e de sua família, situando como causas principais os fatores orgânicos, déficit intelectual, problemas emocionais e de relacionamento familiar.

Palavras-chave: queixa escolar; avaliação psicológica; história da psicologia

Abstract

This article aims to analyze, given the psychological reports from Orientation and Professional Election Service - SOSP - documentary collection, school complaint registered in students' diagnosis and referrals from early school grades, dated from the corresponding period of the years 1950 to 1959, by means of documentary methodological research approach. It was observed in the reports analyzed that the discourse on school problems in the 1950s stood in scientific theories and psychometric practices focused on the psychological and psychopathological characteristics of the student and his family, having as the main causes organic factors, intellectual deficits, emotional problems and family relationships.

Keywords: school problems; psychological evaluation; history of psychology

Introdução

Impregnado do contexto histórico dos tempos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, então governador de Minas, o Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP), criado por meio da Lei n. 482, de 11 de novembro de 1949, constitui-se no primeiro



Serviço de Psicologia do país sob responsabilidade governamental¹. Vinculado ao Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG), que substituiu a antiga Escola de Aperfeiçoamento, extinta em 1945, o SOSP teve suas dependências especialmente construídas para a orientação e a seleção profissionais (Campos, Silva & Silva, 2005; Campos, 2008). Seu surgimento é considerado um marco da Psicologia em Minas Gerais, com repercussão nas áreas escolar, industrial, clínica e de orientação vocacional entre outras. Sua criação teve como referencial os institutos de psicologia brasileiros e estrangeiros (Ribeiro, 2006). Em 22 de setembro de 1994, pela Lei nº 11539, art.24, inciso IV, o SOSP, juntamente com a Escola Guignard, FUMA e o Curso de Pedagogia do IEMG (CPIEMG), foi incorporado à Universidade do Estado de Minas Gerais, sendo transformado em Centro de Psicologia Aplicada - CENPA. Desde 2008, funciona nas dependências da Faculdade de Políticas Públicas - FAPP - UEMG.

O artigo n.1, da Lei N. 482, de novembro de 1949, do ato de criação do SOSP, estabelece como objetivo do SOSP “[...] orientar vocações no meio escolar e estabelecer critérios para a seleção de pessoal destinado à administração pública e a organizações particulares”, podendo também colaborar com organizações particulares, mediante remuneração determinada pelo Poder Executivo (Minas Gerais, 1949). Por essa missão, o quadro de funcionários seria constituído pelo chefe de serviço, secretário e assistentes técnicos para trabalho de sínteses psicológicas, de personalidade, de aptidões específicas e vocacionais, além do médico e assistentes sociais.

O professor Emílio Mira y López, Diretor Técnico do Instituto de Seleção e Orientação Profissional - ISOP - do Rio de Janeiro, foi convidado a organizar a criação desse serviço, graças às gestões de Milton Campos, governador de Minas Gerais, e Abgar Renault, secretário de educação. Uma das primeiras sugestões de Myra y López foi recomendar a contratação de um especialista de fora do país para coordenar os trabalhos do SOSP. Recomendação aceita, o Dr. Simcha Jerzy Schwarzstein, pesquisador diplomado pela universidade de Genebra, foi imediatamente convidado e contratado para o cargo de chefe do serviço. Na solenidade de instalação do SOSP, Abgar Renault ressaltou a importância desse serviço para o progresso cultural de Minas Gerais e do Brasil:

Este Serviço de Orientação e Seleção Profissional, que é o primeiro - oficial ou não - que se instala em um estabelecimento de ensino para melhor servir aos propósitos da educação, tem um passado recente. Há menos de um ano, em abril de 1949, V. Excia. por meu intermédio, incumbia o professor Emílio Mira y López de organizá-lo, anexo ao Laboratório de Psicologia do Instituto de Educação. Graças à boa vontade do meu caro Dr. Luiz Simões Lopes, ilustre presidente da Fundação Getúlio Vargas, a quem o Estado de Minas

¹ Este trabalho de pesquisa contou com o apoio financeiro da FAPEMIG (APQ-02272-09) e teve a colaboração das alunas-bolsistas Cássia Nunes Louzada Rocha e Maria de Lourdes Cândida Carvalho de Oliveira, do Curso de Pedagogia FaE/UEMG, e da Diretora do Centro de Psicologia Aplicada - CENPA/UEMG, Maria de Lourdes Costa Ribeiro.



deve o precioso obséquio de haver-lhe cedido uma semana em cada mês do tempo integral daquele eminente professor, os estudos foram iniciados. Sem esse auxílio o empreendimento haveria sido impossível (Discursos da solenidade de instalação do Serviço de Seleção de Orientação Profissional, 1950, p. 325).

O Dr. Schwarzstein, em seu discurso, definiu que suas áreas de atuação, seus serviços destinar-se-iam “aos trabalhos de seleção profissional, isto é, aos trabalhos nos quais em vez de procurar o melhor posto para um determinado indivíduo, procura-se o melhor indivíduo para um determinado posto” (p. 326). Defensor da ideologia adaptacionista, resumida na expressão *the right man in the right place* – homem certo no lugar certo –, reafirmou a visão funcionalista da Psicologia vigente:

Somente o homem que escolheu a sua profissão de acordo com as suas aptidões, tendências e interesses pode ser verdadeiramente feliz, eficiente e útil à coletividade. (...) Quem exerce uma profissão em desacordo com o seu tipo de personalidade é sempre mais ou menos desajustado e ineficiente. Quanto mais desajustado, menos eficiente, e quanto menos eficiente, mais desajustado – forma-se, assim, um círculo vicioso que conduz numerosas vezes à infelicidade profunda e à neurose. (...) O indivíduo bem ajustado à sua profissão é sempre o que mais produz (Discursos..., 1950, p. 327).

Ao utilizar os termos “aptidões, tendências e interesses”, pode-se observar, nesse e em outros discursos dos pioneiros do SOSP, a reprodução da visão adaptacionista/funcionalista da Psicologia em vigor.

O SOSP, desde sua inauguração, aceito como “um serviço a serviço do Estado”, encontrou receptividade entre governantes, educadores, psicometristas e usuários. Há evidências importantes, com implicações históricas e políticas, que devem ser consideradas. A primeira, o efeito internacional da eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), influencia a política nacional quando o Brasil declara aliança aos Estados Unidos (Coutinho, 2010; Carvalho, 2011). Em tempos do pós-guerra e da Guerra Fria, essa aproximação teve consequências não só na economia do país, mas também nos pressupostos predominantes do pensamento científico que aqui se formou. Na primeira metade do século XX, ocorre, no Brasil, um período paradoxal, marcado por grandes reformas sociais e forte repressão política do primeiro tempo de governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), que traz como consequência um processo de negociações políticas e culmina com a promulgação da quinta constituição brasileira de 1946 (Lopez & Mota, 2008). Nos campos econômico e social brasileiros, a perspectiva é de mudanças do modelo agropecuário para o industrial, o que demandava a formação de líderes que assumissem o ideal desenvolvimentista e industrialista. Assim, em nome do discurso “científico” da Psicologia, passa a predominar uma visão de mundo em que as diferenças sociais não provinham das desigualdades de oportunidade, mas sim das diferenças psicológicas individuais. Com um discurso



sistematizado, convincente e competente para a época, o SOSP serviu de reprodutor das concepções ideológicas sobre desenvolvimento, democracia, diferenças individuais, legitimando a diferença entre o normal e o patológico, vigentes na época.

No início de seu funcionamento, sob influência dos pressupostos da Psicologia americana da época, o SOSP se orientava pela abordagem psicométrica, fruto do modelo vigente da ciência voltada para a quantificação e a medida de comportamento. Além disso, com a falta de uma cultura psicológica brasileira, modelos de atendimento, técnicas de exame e padrões de avaliação comportamentais foram importados do exterior (Ribeiro, 2006).

Ao consultar as listagens de solicitações de orçamentos encontradas nos arquivos do acervo do SOSP, observa-se que, nos anos 50, dezenas de testes foram adquiridos nos EUA, tais como: Minnesota Spatial Relations, Tests ABCD, Terman-Merril Revised Stanford Binet Scale Form L., Selective Visual Reaction Timer, Porter Ergograph, entre outros.

A ambição do Dr. Schwarzstein, em relação aos testes psicológicos produzidos nos EUA, não se limitava apenas à compra junto às editoras americanas. Em uma correspondência encontrada nos arquivos do acervo do SOSP, datada de 21 de fevereiro de 1951, enviada pelo coronel da aeronáutica dos EUA Jack Saunders e endereçada ao Dr. Schwarzstein, é negada a solicitação de compra de testes e equipamentos de Psicologia utilizados pela Força Aérea dos EUA, na Segunda Guerra Mundial. O militar argumenta não estarem os testes à venda, sendo de uso restrito da Força Aérea dos EUA e limitado a situações específicas para as quais foram desenvolvidos, não sendo aplicáveis à realidade brasileira.

Valendo-se de uma sofisticação cientificista presente nos testes psicológicos, o SOSP sustentaria sua atuação, por muitos anos, visando suprir as demandas materiais e ideológicas do contexto econômico, político e social brasileiro.

Informações obtidas nos arquivos do SOSP mostram que, logo no início da década de 50, o Dr. Schwarzstein foi substituído pelo professor Pedro Parafita Bessa, que era, na época, Assistente Técnico do SOSP. Mira y López continuou vinculado ao SOSP, proferindo palestras, cursos ou dando orientações e treinamentos periódicos até o início dos anos 60.

O SOSP constituiu-se, por um longo período, no único órgão do Estado de Minas Gerais a oferecer serviços de Psicologia Aplicada voltados para orientação e seleção de pessoal e de formação dos chamados psicotécnicos. Uma diversidade de provas e de testes psicológicos era aplicada, como os testes de personalidade, inteligência, vocacionais e de aptidões, constituindo-se em um de seus mais efetivos meios de intervenção. Logo depois, surgiram outras instituições para atender esse tipo de demanda, como, por exemplo, o Departamento de Orientação do Banco da Lavoura (Campos, 1992).

O SOSP tornou-se, em pouco tempo, um centro de referência de formação de Recursos Humanos em Psicologia, Pedagogia e de projetos, o qual contribuiu significativamente,



juntamente com outras instituições, para a criação dos primeiros cursos de Psicologia de Minas Gerais, da antiga Universidade Católica de Minas Gerais - UCMG, hoje, PUC-Minas, e do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (Campos, 2008).

Coerente com sua época e metodologicamente fundamentado na abordagem Psicométrica, o SOSP foi produtor de conhecimentos e de pesquisas sobre novas metodologias em orientação educacional, vocacional, técnicas de exame psicológico e psicopedagógico. Ele também se especializou em inúmeras técnicas psicométricas, adaptando e criando inclusive alguns testes psicológicos, provas de personalidade, de inteligência, vocacionais e de aptidões específicas, fruto da necessidade de se adequar às demandas e à realidade de Belo Horizonte - por essa razão, foi considerada uma instituição de vanguarda naquele período. Durante seu funcionamento, recebeu milhares de encaminhamentos tanto de escolas públicas das redes municipal e estadual e particular de Belo Horizonte e interior do estado de Minas Gerais, quanto de outras instituições, tais como as dos setores de saúde e do judiciário. Em 1950, o SOSP realizou um censo da população escolar belo-horizontina que incluía o estabelecimento de um "normotipo" das crianças e ajuda aos pais destas, no tocante à escolha do caminho após o término da escola primária, seja direcionando-as ao ensino secundário ou profissional. Nos anos seguintes, o serviço passou a oferecer também orientação a adolescentes, com base na aptidão individual e nas ofertas de mercado (Campos, 1992).

Vigorava, na década de 50, o pressuposto da neutralidade dos testes psicológicos, vistos como instrumentos reconhecidamente científicos e capazes de identificar, diagnosticar e prever o sucesso ou insucesso de uma criança em seu processo de escolarização. Defendia-se a ideia de que níveis de aptidões e inteligência e tipos de personalidades ofereceriam bases seguras para o aconselhamento escolar e profissional.

Para Zanella (1999), a tendência tecnicista e positivista da Psicologia desse período, em relação ao aluno com queixa escolar, seria mantida ainda por muitos anos na formação e na prática do psicólogo, assim como na perspectiva teórico-metodológica do ajustamento, da identificação de distúrbios, sejam esses de personalidade, de inteligência, de conduta ou de aprendizagem, visando à correção ou à prevenção. Pedro Bessa foi afastado da direção do SOSP, em 1970, por motivo de doença e substituído por uma sequência de outros diretores ao longo dos anos.

1. Breve histórico do contexto educacional e político dos anos 50, em Belo Horizonte-MG

O contexto educacional da década de 1950 no Brasil, que repercutiu em Belo Horizonte, está marcado pela mobilização de políticas e ações educacionais em torno da modernização, da busca pela emancipação econômica e social e da reformulação das políticas de Estado, na



perspectiva da industrialização, do desenvolvimento científico e da renovação educacional. Nesse contexto, eclodiu uma série de reformulações políticas e sociais no campo da educação, na influência do pensamento de Dewey, que impulsionou o ideário da Escola Nova (Mendonça, Xavier, Breglia, Chaves, Oliveira, Lima & Santos, 2006).

Com foco nas aspirações, iniciadas nos anos de 1930, de ver o Brasil reinventando-se segundo os paradigmas da modernidade, a elite intelectual se envolveu na reflexão sobre o atraso brasileiro e as possíveis mudanças sociais e culturais. A erradicação do analfabetismo era um desafio. Sem a escola, seria impossível superar “o atraso e a ignorância” em que se encontrava o povo brasileiro (Cury, 1986).

Na segunda metade da década de 1950, a viabilização do programa econômico do governo mineiro de Juscelino Kubitschek, conhecido como “Plano de Metas”, objetivou acelerar o desenvolvimento, manifesto na conhecida expressão “cinquenta anos em cinco”. O processo de desenvolvimento econômico colocou a sociedade em período de transição. A migração de parte da população mineira do campo para a cidade, em busca de oportunidades de trabalho, aumentou o número de favelas (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte [PBH], 2007). Dados coletados por Xavier (2007), do Anuário Estatístico Brasileiro, apontam que:

Nos anos de 1950 migraram para as cidades 8 milhões de pessoas, cerca de 24% daquela população; nos anos de 1960 foram quase 14 milhões, cerca de 36% da população rural; e na década de 1970 foram 17 milhões, cerca de 40% da população rural (p. 74).

A “obrigatoriedade” da escolarização promulgada pelo programa desenvolvimentista do governo reacendeu as aspirações das camadas populares² pela escola. A alfabetização tornou-se necessária para o engajamento no novo espaço urbano que se configurava, constituindo-se em um passaporte para melhores empregos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2000), a população de Belo Horizonte, em 1950, era de 352.724 habitantes, com densidade de 1.068,12 hab./km². Essa população cresceu o dobro na década de 1950, com um ritmo crescente de 7% ao ano de urbanização e de aumento populacional. O predomínio de população urbana em detrimento a do meio rural pode ser visto na tabela 1, abaixo:

² À semelhança de Martins (2002), utilizaremos a expressão “camadas populares” para referir aos setores sociais marcados pela condição de pobreza, com oportunidades mais restritas de acesso a recursos materiais e simbólicos e de usufruto de direitos sociais fundamentais.



Tabela 1 - Evolução do tamanho da população do Estado de Minas Gerais, da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de 1950 a 1960

<u>Períodos</u>	<u>Minas Gerais</u>	<u>RMBH</u>	<u>Belo Horizonte</u>	<u>Bruma-dinho</u>	<u>Ibirité</u>	<u>Nova Lima</u>
1950	7.717.792	578.532	352.724	13.018	2.253	21.932
1960	9.657.738	989.502	693.328	14.313	3.952	28.223

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000) e Anuário Estatístico de Belo Horizonte (2002).

O crescimento desordenado da população, gerado pelo processo de industrialização e pelo êxodo rural, teve como consequência a falta de empregos e a ineficiência dos serviços básicos e de infraestrutura. A intensa migração provocou demanda por novas escolas que promovessem aumento da produtividade e melhor adequação aos novos padrões de trabalho, junto à aceleração do desenvolvimento econômico. A tabela 2 mostra que, na mesma década, verificou-se aumento do número de estabelecimentos escolares e de matrícula de alunos em Belo Horizonte.

Tabela 2- Crescimento do número de unidades escolares e de matrículas efetivas, em Minas Gerais, no Ensino Fundamental Comum

<u>Período</u>	<u>Unidades escolares</u>	<u>Matrículas efetivas</u>
1951	10.980	685.127
1960	12.667	1.020.664

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil (1953, p.393-394; 1962, p.281-283).

Ao analisar os dados da tabela 2, verifica-se que houve um aumento de 67% no número de matrículas e de 13,31% no número de unidades escolares. Levando-se em conta que a taxa de crescimento populacional (Tabela 1) foi aproximadamente de 100%, conclui-se que a oferta educacional não acompanhou a demanda desse aumento. Segundo Freitas (2006), a educação, como uma questão de política pública no Brasil,

tem sido considerada um dado subordinado ao tema desenvolvimento, de modo que, ao se considerar que os poderes governamentais estão incapacitados para gerir e fomentar o desenvolvimento econômico, retira-se, paulatinamente, dos mesmos poderes a obrigação de pensar aqueles temas como questão de Estado (p. 12).

As transformações econômicas e sociais beneficiaram, preferencialmente, a elite brasileira, em detrimento da maioria da população, praticamente alijada desse processo. Essa desigualdade pode ser evidenciada no campo educacional, quando o governo pregava, conforme o discurso de Abgar Renault (1952), “simplicidade e economia extremas” ou



“severa modéstia”, em matéria de construção de prédios públicos, notadamente, grupos escolares. Esses deveriam ter as dimensões das salas de aula reduzidas de 48 para 44 metros quadrados, em que polemicamente se justifica: “pondo fim à mania de grandeza que nos caracteriza como povo” (p. 202).

Nesse período, a permanência no sistema formal de ensino era deficiente, não atingindo a maioria da população. Nos anos 50, as escolas públicas brasileiras, incluindo as belo-horizontinas, apresentavam altos índices de evasão e reprovação escolar. A tabela 3 demonstra que a porcentagem de alunos matriculados e reprovados em Belo Horizonte, no ano de 1951, era, aproximadamente, de 15% no Ensino Infantil e de 36% no Ensino Fundamental.

Tabela 3 - Número de matrículas escolares efetivas e de reprovação no Ensino Primário Geral, em Minas Gerais e em Belo Horizonte, no ano de 1951

Ano: 1951	Minas Gerais		Belo Horizonte	
	Ensino Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Infantil	Ensino Fundamental
Matriculados	5.464	685.127	2.814	34.513
Aprovados	4.380	405.577	2.391	21.917
Porcentagem de reprovação	19,83	40,8	15,03	36,5

Fonte: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil* (1953).

Essa realidade fez com que, em 1951, por meio de carta dirigida a uma diretora de Grupo Escolar de Belo Horizonte, Renault (1951) advertisse o alto índice de repetência, que, “impossibilitando maior matrícula de novatos nos estabelecimentos de ensino, vem onerando grandemente o Estado” (p. 125). Um ano depois, as palavras de Renault (1952) continuam a recomendar cautela com as matrículas: “Do fenômeno da queda de frequência ou evasão escolar, acima assinalado, que atinge proporções muito sérias e que resulta em enorme desperdício de dinheiro” (p. 203).

Na perspectiva trabalhada por Ribeiro (1993), fica demonstrado que, nas escolas brasileiras, desde a década de 1930 até o início dos anos de 1990, estava presente a “pedagogia da repetência”. Interessante perceber que, a partir dos anos de 1990, essa pedagogia deu lugar à que podemos agora denominar “pedagogia da aprovação”, sustentáculo do sistema de aprovação automático, atualmente vigente nas escolas públicas de Minas Gerais. Voltando aos anos de 1950, o sistema educacional brasileiro considerava como oficialmente evadidos os alunos que saíam da escola antes do término do ano letivo. Curiosamente, no ano seguinte, esses mesmos alunos, quando matriculados, eram considerados “novatos” nas séries em que, anteriormente, haviam sido reprovados.



Esse tipo de viés produziu interpretações equivocadas, que culminaram na superestimação da evasão e na subestimação da repetência escolar. Mais séria do que a manipulação de dados estatísticos para atender interesses políticos/eleitoreiros foi outra modalidade de repetência detectada também nos anos 50, por Ribeiro (1993) – a subseriação:

Isso corresponde a subdividir, informalmente, a 1ª série em 1ª série A, B, C etc. (ou qualquer outro nome que se queira dar), de tal forma a informar aos alunos e seus pais que estes foram promovidos de uma subsérie para outra e, no entanto, permanecem realmente na mesma série; a esses chamados de “repetentes aprovados” (p. 68).

A permanência na escola era insuficiente, seja pelo grande número de alunos evadidos, seja ainda pela falta de vagas devido aos baixos investimentos nesse setor (Ribeiro, 1993). Tal realidade, constatada na primeira metade da década de 1950, período em que Juscelino Kubitschek era governador do estado de Minas Gerais, evidenciava que o crescimento demográfico operava em ritmo acelerado (vide Tab. 1), passando a ser um fator de preocupação do estado. Na capital, a situação era mais evidente, segundo o Anuário de Belo Horizonte (PBH, 1953), os grupos escolares “aqui existentes se tornaram insuficientes para atender e acolher todas as crianças em idade escolar” (p. 33). Nesse período, havia uma grande demanda de crianças e ausência de vagas na rede escolar de Belo Horizonte. “Por incrível que pareça, porém, talvez por imprevidência, há atualmente, em Belo Horizonte, absoluta escassez de lugares sem uma vaga sequer”, alertava o Anuário de Belo Horizonte (PBH, 1953, p. 33).

Vale salientar o caráter ideológico do projeto de modernização pela educação (escolarização/instrução) e a distância que separa o discurso da prática. Por um lado, o projeto da educação trouxe, em seu discurso, a intenção de arrancar do atraso milhões de brasileiros excluídos dos benefícios da sociedade industrializada. Por outro, proporcionou às classes dominantes oportunidades de exercer, no dizer de Bourdieu e Passeron (1975), a “violência material” e “simbólica” por meio da escola, cuja função primordial se tornou a transmissão de valores, atitudes e comportamentos da cultura da classe dominante. Embora os princípios escolanovistas tivessem grande repercussão no pensamento educacional brasileiro, desde os anos vinte até os sessenta (Patto, 1990), em Belo Horizonte, havia uma ênfase no tom religioso da igreja oficial, em geral, defensor da educação cristã e contrário às ideias liberais presentes nas teses da Escola Nova. Constata-se, também, nesse período, grande precariedade das condições para o exercício das atividades docentes: baixíssimos salários e reduzidos índices de investimento no sistema educacional público, que exigiam dos professores “vocaçao e dom” e “aquele fogo sagrado que realiza verdadeiros milagres” (Patto, 1990, p. 88). Nesse cenário, nosso sistema educacional difundiu, por toda década de 1950, uma precariedade e um descaso típicos da história das instituições da sociedade brasileira, implementados preferencialmente às camadas populares.



Cabe questionar aqui as concepções teórico-metodológicas que orientaram as abordagens explicativas da queixa escolar, no bojo do contexto do fracasso escolar, tendo como base de dados, além de outras fontes, os laudos psicológicos do acervo documental do SOSP, de alunos das séries iniciais, datados do período correspondente aos anos de 1950 a 1959.

2. Queixa escolar: conceitos e concepções

Historicamente, a queixa escolar é uma das causas mais comuns de encaminhamentos a psicopedagogos, médicos e psicólogos de crianças das séries iniciais da escolarização com dificuldades de aprendizagem, de disciplina e emocionais entre outras. Essa constatação tem motivado estudos e pesquisas acerca dos processos de identificação, diagnóstico e solicitações de atendimento feitos pelas escolas, por professores, diretores e especialistas, em relação a essas crianças (Almeida & Neves, 2003; Checchia & Souza, 2003; Souza, 2004; Machado & Souza, 2004; Freller, 2004; Patto, 2008).

O encaminhamento pelas escolas de “crianças-problema” aos profissionais dos serviços de orientação psicológica e/ou dos Centros de Saúde tornou-se uma prática, sobretudo no início do processo de alfabetização. De acordo com Cabral e Sawaya (2001), pesquisas apontam que 50 a 70% das crianças e adolescentes encaminhados aos serviços públicos de saúde têm como queixa principal dificuldades de aprendizagem ou problemas de comportamento na sala de aula ou fora dela. Esse problema, no período entre o final da década de 20 e início da década de 30, analisado a partir do contexto das políticas de extensão da escola às camadas populares, reflete a seletividade social que começou a ser operada pelas escolas brasileiras, de forma excludente e por meio da produção do fracasso e da evasão escolar. Considerada como indicativo da “dificuldade do aluno em aprender” e/ou “distúrbio de comportamento”, a queixa escolar está geralmente relacionada a problemas de “déficits cognitivos, intelectuais ou emocionais” (Souza, 2004, p. 39). Nessa mesma direção, Cabral e Sawaia (2001) demonstraram que os profissionais da escola “ainda compreendem a queixa escolar como um problema da criança pobre e de sua família, passível de ser analisado e tratado fora do contexto da instituição escolar, na qual o fracasso escolar é produzido” (p. 143). Para essas autoras, ainda hoje permanece a demanda de intervenção endereçada ao atendimento individualizado de crianças e seus familiares, geralmente rotulados e estigmatizados, tanto por profissionais especializados quanto pela própria escola. Essa visão de uma solução individual dos casos tem dissimulado a realidade da profissão do professor que tem, além dos baixos salários e da precariedade dos planos de carreira, as longas jornadas de trabalho, maiores do que em outras profissões. Dele espera-se participação na gestão do planejamento escolar e na integração escola e família, sem descuido de seu principal papel de mediar satisfatoriamente o processo de ensino-



aprendizagem dos alunos (Carvalho, Ramos, Fernandes, Ribeiro & Moura, 2010). Em decorrência da mentalidade e dos pressupostos científicos, explicitados anteriormente no percurso histórico e político da educação brasileira na segunda metade do século XX, a queixa escolar torna-se reflexo de uma construção ideológica no espaço escolar:

visão de mundo que explica a realidade a partir de estruturas psíquicas e nega as influências e/ou determinações das relações institucionais e sociais sobre o psiquismo, encobrendo arbitrariedades, os estereótipos e preconceitos de que as crianças das camadas populares são vítimas no processo educacional e social (Souza, 2004, p. 35).

Nas últimas décadas, vários estudos demonstraram como esse problema tem sido abordado pela Psicologia, destacando a preocupação da integração da criança desajustada aos padrões de comportamento desejados e a eliminação dos comportamentos inadequados. A importância de se compreender a queixa escolar não como um mero problema emocional, separado de seu aparato social e político, mas sim como fruto das relações escolares, é ressaltada por vários autores nas áreas da Educação e Psicologia (Angelucci, Kalmus, Paparelli & Patto, 2004; Patto, 1987, 1990, 1991, 2008; Souza, 2004). Segundo Patto (1990), “as condições escolares são mecanismos de seletividade poderosos. Sua natureza e qualidade são de teor tal que contribuem para o fracasso escolar das crianças de origem social, economicamente desfavorecidas” (p. 121). Diante dessa realidade social e histórica de exclusão pela escola, a queixa escolar na década de 1950, em Belo Horizonte, poderia ser compreendida como um fenômeno de seletividade social que começou a ser operado a partir do projeto de massificação da educação das camadas populares, no final da década de 20 e no início da década de 30 do século XX, entretanto, é bom lembrar que, para as crianças das classes populares, principalmente, aquelas do fenômeno migratório advindas das regiões campestres, até aquela época, pouco ou quase nada era oferecido em termos do acesso educacional.

3. Material e método

O objetivo desta pesquisa, o de analisar, a partir dos laudos psicológicos do acervo documental do SOSP, a queixa escolar registrada em diagnósticos e encaminhamentos de alunos de séries iniciais, datados do período correspondente aos anos de 1950 a 1959, exigiu uma abordagem metodológica da pesquisa documental.

A riqueza do trabalho documental está em valer-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, reelaborá-los e colocá-los em relação ao objeto da pesquisa. Ao buscar-se uma melhor compreensão da queixa escolar na década de 1950, em Belo Horizonte, procurou-se, em um processo de aproximação e afastamento do empírico e do teórico, construir categorias mais apropriadas para a interpretação, de um lado, do fato



passado e, de outro, reinterpretá-lo com uma visão dos olhos do presente (Gil, 2002; Cellard, 2008).

A consulta ao que restou dos arquivos do SOSP revelou a triste semelhança de preservação com a da maioria dos acervos documentais do país. A tônica é documentação mal conservada, desorganizada, muitas vezes incompleta ou danificada pelo tempo, mofo, inundação e até pelo fogo. O estado de conservação e as condições de armazenamento do grande volume de material do SOSP, produzido nos cinquenta anos de seu funcionamento, comprovam a falta de uma política de preservação arquivística e de pesquisa para o acervo (Campos, 2010). Em relação às políticas comprometidas com essas questões dos arquivos, Galvão e Batista (2003) refletem:

De uma maneira ou de outra, o que eles contêm e as formas como se organizam também revelam sobre aquilo que o passado quis que se tornasse futuro e aquilo que, contemporaneamente, se pretende dar a ver para que se construa um outro passado (p. 176).

Na presente investigação, optou-se, inicialmente, pela triagem dos laudos psicológicos no acervo do SOSP e no banco de dados que contém cerca de 15 mil laudos psicológicos já catalogados e classificados. Em seguida, foram feitas a localização e a seleção do material nas caixas box, seguidas por separação, higienização e organização do material de consulta.

Parte substancial das dificuldades enfrentadas no decorrer da pesquisa pode ser atribuída à complexidade do objeto de trabalho e à magnitude do material empírico a ser selecionado. Constatou-se que a maior parte do acervo do SOSP encontrava-se em precárias condições de conservação e de disponibilização de acesso. O grande volume do precioso material do SOSP, constituído de documentos, laudos e testes psicológicos, estava sem destinação, tratamento ou preservação e amontoado num galpão da Universidade do Estado de Minas Gerais (Campos, Silva & Silva, 2005; Campos, 2010).

Ao organizar e armazenar laudos e outros documentos em caixas box para, em seguida, identificar e classificar os laudos emitidos entre 1950 e 1959, foram localizados 64 laudos psicológicos de crianças atendidas pelo SOSP e classificados como de queixa escolar, na década de 50, em um universo de, aproximadamente, 30.000 laudos. Desses, metade já se encontrava higienizada, classificada e registrada no banco de dados, enquanto a outra permanecia apenas armazenada em caixas box. Posteriormente a esse trabalho, os laudos de interesse de nossa pesquisa foram higienizados, organizados e registrados no banco de dados e, em seguida, digitalizados. Foi colocada, em cada laudo psicológico, uma tarja de papel em cima do nome dos pacientes, a fim de preservar a identificação desses. Essa etapa da pesquisa consumiu, praticamente, o primeiro ano da pesquisa.

Após essa etapa, fez-se uma revisão bibliográfica do material que contemplasse o tema “queixa escolar” nas pesquisas na área da educação. Além dos laudos psicológicos, o acesso

ao acervo do SOSP possibilitou a descoberta de ricos documentos esquecidos na poeira, compostos por cartas, relatórios, notas, recibos, atas, entre outros. A ilustração a seguir revela fragmento encontrado de laudo psicológico de orientação de uma mãe, na década de 1950:

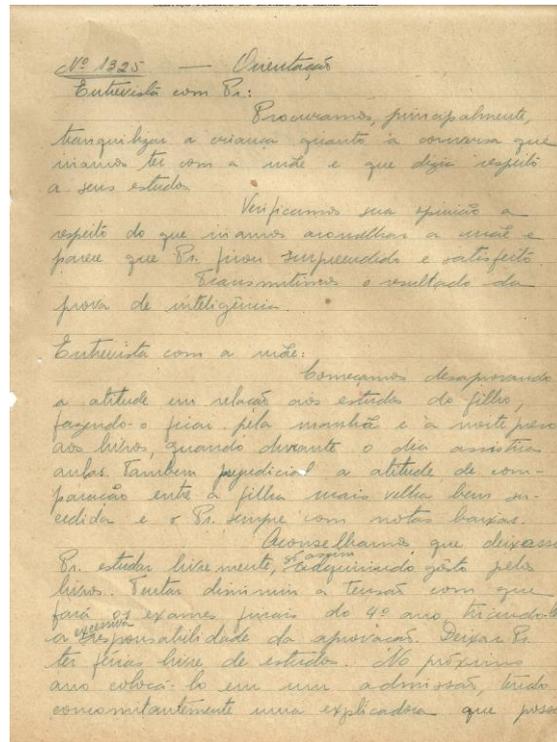


Figura 1: Trecho de entrevista de laudo psicológico - Acervo SOSP - UEMG, 2011.

A análise desse material possibilitou reconstruir parte da rica história do SOSP – um dado de extrema importância para a compreensão das especificidades da Psicologia que se praticava na década de 50 sobre a queixa escolar.

A análise do material fundamentou-se na teoria da análise do conteúdo e do discurso (Bardin, 2009) e foi organizada em três fases: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material; e 3) Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Durante a pré-análise, foram selecionados 64 laudos a serem submetidos à análise, a partir dos quais se formularam as hipóteses e elaboraram-se os indicadores da fundamentação final. Com isso, foram escolhidas as seguintes categorias de análise da queixa escolar: a natureza e os significados da queixa escolar, a representação e valorização do estudo pela família, os motivos do encaminhamento, a utilização dos testes psicológicos e a visão do profissional do SOSP sobre o paciente³. A fase da exploração do material consistiu

³ Optou-se, neste trabalho, em manter o termo “paciente” ou a sigla “Pr”, uma vez que esses eram sempre utilizados nos laudos psicológicos.



na sistematização e na organização de informações coletadas nos documentos selecionados para o estabelecimento de categorias para a análise da queixa escolar, que permitiu levantar, em cada laudo psicológico, elementos reveladores que apontam para encaminhamento, diagnóstico e tratamento dessa queixa. Na última fase, buscou-se tratar os resultados, agrupados em uma planilha, o que permitiu estabelecer relações sobre a construção das queixas escolares envolvendo alunos das séries iniciais nos anos de 1950, de maneira que se tornassem significativos e válidos.

4. Resultados e Discussões

4.1. Perfil da amostra

Dos 64 laudos psicológicos de crianças atendidas pelo SOSP e classificados como de queixa escolar, na década de 50, 42 eram do sexo masculino (aproximadamente, 70%) e 22 do sexo feminino (aproximadamente, 30%). De forma geral, trata-se de crianças com idade média situada entre 5 e 12 anos. As famílias possuíam até 9 filhos, com média de 5 filhos por casal. No tocante às redes de ensino, 25% dessas crianças eram oriundas do ensino privado e 75%, de escolas públicas. Aproximadamente, 25% dos pais possuíam titulação superior, nas áreas de direito, engenharia, medicina e administração de empresas. Em torno de 50% possuíam ocupação equivalente ao ensino médio, tais como de aeroviário, bancário, representante comercial, militar, normalista e secretária. Os 25% restantes tinham ocupações de motorista, carvoeiro, doméstica, eletricitista, fazendeiro, copista, entre outros. Todos eram moradores da região metropolitana de Belo Horizonte. Relacionando esses dados à realidade educacional mineira da época, esses resultados revelam que o SOSP não atendia essencialmente a classe popular conforme se pensava de uma instituição pública, pois as crianças provenientes dessa classe, em sua grande maioria, não tinham pleno acesso à escolarização.

4.2. Natureza e significados da queixa escolar

4.2.1. Representação e valorização do estudo pela família

Uma análise crítica do significado da queixa escolar implica a necessária identificação de expressões que remetesse a um problema escolar. Foram encontradas, nos laudos psicológicos, as seguintes adjetivações da queixa escolar, feitas tanto pelas famílias quanto pelas escolas: nervoso, implicante com familiares, indeciso, dificuldade de aprender, inquieto, levado, turbulento, pirracento, perturbador, deficiente, retardado, déficit intelectual, aéreo, sonhador, tímido, lento, distraído, displicente, apático, chora



muito/chorão, desinteressado pelo estudo, feio, mentiroso, relapso, dispersiva, preguiçosa, indisciplinada, vingativo, desobediente, atrasado mental e excitada.

Como se pode observar nessas adjetivações, a queixa escolar remete, ora a um problema emocional, doença, conduta ou relacionamento com os pais, ora a dificuldade em aprender e/ou a distúrbio de comportamento da criança. Tal resultado confirma as conclusões obtidas por Souza (2004), Cabral e Sawaia (2001), entre outros, que verificaram serem os encaminhamentos feitos tanto pelas escolas quanto pelos pais dos alunos, muitas vezes, com base em estereótipos ou julgamentos preconceituosos.

A fim de facilitar a visualização do perfil dessas crianças, o quadro, a seguir, ilustra as principais queixas escolares, sintetizadas em dezesseis laudos, e que serão mencionadas ao longo da discussão.

Quadro 1: laudos selecionados, idade, sexo e queixas escolares

Laudos	Idade	Sexo	Queixa principal
Pr. 1	7anos	Masc	Problema emocional e de aprendizagem
Pr. 2	7 anos	Masc	Problema emocional e de aprendizagem
Pr. 3	7 anos	Masc	Problema endocrinológico
Pr. 4	8 anos	Masc	Problema comportamental
Pr. 5	8 anos	Masc	Atraso mental
Pr. 6	8 anos	Masc	Problema neurológico e dificuldade intelectual
Pr. 7	8 anos	Fem	Déficit de inteligência e problema psiquiátrico
Pr. 8	9 anos	Masc	Indisciplina
Pr. 9	9 anos	Masc	Déficit motor
Pr. 10	9 anos	Fem	Déficit de inteligência e problema emocional
Pr. 11	9 anos	Fem	Atraso mental
Pr. 12	9 anos	Masc	Indisciplina
Pr. 13	10 anos	Masc	Déficit cognitivo
Pr. 14	10 anos	Masc	Defeito físico
Pr. 15	11 anos	Masc	Dificuldade de aprendizagem e indisciplina
Pr. 16	11 anos	Masc	Déficit de aprendizagem e problema emocional

Fonte: laudos psicológicos, SOSP, década de 1950.

As mães são, em sua maioria, as responsáveis pelo acompanhamento dos filhos nas atividades escolares, sendo que 90% das entrevistas foram realizadas com elas. Contudo, não se pode atribuir a origem da queixa escolar às mães, ainda que um dos dados relevantes seja o de que a figura materna estivesse presente na maioria das entrevistas realizadas. Esses dados reiteram os estudos de gênero que apontam a educação dos filhos como uma tarefa basicamente feminina.

Em sua totalidade, a família valoriza a escola e se preocupa com o estudo dos filhos, apresentando, de modo geral, um temor pela falta de interesse dos filhos pelo estudo.



Bastante exigente em relação aos estudos dos filhos, o seguinte relato de uma mãe, na entrevista a um profissional do SOS P, endossa essa representação: “Pr tem dado a ela muito trabalho. Passa horas acompanhando seus estudos. Fica presa em casa por causa de Pr. e diz sempre que, se não fosse seu desagrado pelo estudo, ela poderia ter uma vida bastante feliz” (laudo de uma criança de 11 anos – Pr. 15).

4.2.2 Os motivos do encaminhamento

Na segunda subcategoria de análise – motivo de encaminhamento –, a maioria (75%) dos encaminhamentos ao SOS P foi feita pela escola, o restante, pela família, e apenas um, por pediatra.

Nas entrevistas, encontram-se registros frequentes de queixas relativas a problemas de conduta, de comportamento ou emocionais como explicação para o atraso no desenvolvimento intelectual ou da dificuldade de aprendizagem. Há, ainda, reiteradas referências a notas baixas, troca de letras, dificuldade na leitura e na escrita, repetência, dispersão, agitação em sala de aula, desobediência, problemas de ajustamento em sala de aula e brigas na escola como causas do encaminhamento ao SOS P. As queixas apresentadas, no momento do encaminhamento, como se vê a seguir, centram-se basicamente em problemas intrapsicológicos das crianças, sem problematizar, no diagnóstico, os aspectos intraescolares envolvidos no caso. O entrevistador, simplesmente, relata o problema emocional, motivo do seu encaminhamento e atendimento pelo SOS P:

A mãe procurou o SOS P aconselhada pela Diretora da escola. Pr. estava apresentando sérias dificuldades de ajustamento na escola; chorava na hora de tomar o especial⁴ para o colégio, dava grandes birras para voltar para casa, dizendo estar com saudades da mãe, tinha medo dos colegas que o chamavam de “chorão”, acordava chorando e não queria mais ir estudar (cr. 7 anos – Pr. 1).

Em outro laudo, identificamos o motivo do encaminhamento atribuído a problemas comportamentais:

A entrevistada trouxe o filho ao SOS P por sugestão da Diretora da escola. Pr. tem dado muito trabalho quanto ao comportamento, quer dentro da sala com a professora quer fora da sala com os colegas e demais pessoas que dele se acercam. É revoltado, não obedece, bate nos colegas etc... Também em casa, pr. dá muito trabalho, de modo que a entrevistada achou ótima a ideia de trazê-lo aqui, pois assim terá uma orientação sobre o modo de criá-lo (cr. 8 anos – Pr. 4).

Observa-se que o “modo de criá-lo” revela que a criação das crianças passa a ser também uma prescrição da Psicologia que está a serviço do Estado. A ideologia do “Como

⁴ Como constatado em vários laudos, na década de 1950, muitos alunos já faziam uso do transporte escolar.



fazer para criar seus filhos” não só está implícita nas práticas educativas, mas determina padrões sociais preestabelecidos do sentir e do agir com os filhos.

A indisciplina dos filhos também foi motivo de encaminhamento ao SOSP:

O pai das crianças foi ao juiz de menores pedir internamento das crianças, já que não pode mantê-las em casa. São ambos indisciplinados e não querem saber de estudar. Os pais, preocupados em dar aos filhos o mínimo de instrução, querem colocá-los no internato (cr. 9 anos – Pr. 8).

O trecho deste laudo reforça a ideia de déficit motor, como motivo do encaminhamento:

A mãe trouxe ao SOSP aconselhada pela orientadora do (nome do colégio omitido pelo autor). Entrou para o primário com 7 anos, gostando da escola desde o início. Porém vem tendo dificuldade para aprender. Acha a professora que pr. tem coordenação deficiente (cr. 9 anos – Pr. 9).

O motivo deste outro encaminhamento é atribuído ao déficit cognitivo da criança: “O pai está muito preocupado com o Pr., porque este ainda não fez o 1º ano primário; tem grande dificuldade de raciocinar” (cr. 10 anos – Pr. 13).

Os depoimentos acima indicam que há uma ênfase comum entre os diagnósticos dos profissionais do SOSP: a dificuldade escolar é causada por problemas emocionais e/ou comportamentais, rigor familiar e déficit intelectual, apurados por meio dos testes de inteligência, de personalidade e pelas entrevistas.

A experiência escolar, o processo de ensino-aprendizagem, a relação professor-aluno, as condições de trabalho dos professores e a estrutura da escola, entre outros aspectos que fazem parte da vida escolar, não são levados em conta na avaliação psicológica, sugerindo, como adverte Freller (2004), que o “fracasso ou o sucesso escolar dependem, em última instância, da própria criança” (p. 72). Essas análises registram que, na década de 1950, as práticas escolares buscavam causas internas e individuais aos problemas escolares e desconsideravam os fatores intraescolares, situação que só foi percebida e criticada a partir da década de 1980.

4.2.3 A utilização dos testes psicológicos

Os anos 50, com respeito aos testes psicológicos, foram os mais produtivos no Brasil, “havendo um entusiasmo e crença desmedida e até exagerada no poder desses instrumentos” (Pasquali, 2001, p. 205). Os testes foram essencialmente importantes para garantir a cientificidade da avaliação psicométrica do SOSP e estavam sustentados na premissa de que, ao se submeter a um teste, o comportamento da criança iria ser observado, descrito, julgado e traduzido em números (Pasquali, 2001; Cunha, 2000; Abade, 2005).



No tocante à utilização dos testes psicológicos para fins de diagnóstico, observou-se que os profissionais do SOSP valeram-se de uma gama variada de instrumentos de medida nos laudos por eles elaborados. Vale lembrar que a tradição psicométrica dos profissionais do SOSP estava alicerçada no psicodiagnóstico, feito com propósitos clínicos, cujo processo visava “identificar forças e fraquezas no funcionamento psicológico com foco na existência ou não de psicopatologia” (Cunha, 2000, p. 23). No que tange aos instrumentos/testes utilizados nos 64 laudos psicológicos ora analisados, é interessante notar que estavam amparados, sobretudo, em testes de inteligência, de aptidão e de personalidade. Cabe destacar os testes/instrumentos que estavam em todos os laudos: Arame, C.A.T., Figura Humana, Desenhos, Entrevista, Orientação, Exame Médico e Puzzle. Além desses, foram identificados os seguintes instrumentos de avaliação, variando de caso a caso: Terman-Merrill, Catálogos de Livros I e II, Ficha Fisiométrica, Symonds, Questionário, P.M.K., Minha Vida, Bender, Machover, Wechsler-Bellevue Test, Fábulas, Rorschach, Paisagem, T.A.T., Binet-Terman, Vocabulários, Completação de Sentenças, Motricidade/Arame, Atitudes Familiares, Kent Sharcon, desenho livre e redações.

O processo consistia em realizar uma entrevista de anamnese com a família, seguida de entrevista com a criança, aplicação de testes de inteligência, aptidão, personalidade, exames médicos e entrevista de devolução. Avaliar a criança atribuindo-lhe classificações nosológicas variadas (algumas preconceituosas e depreciativas) era prática rotineira nos laudos psicológicos.

4.2.4 A visão do profissional do SOSP sobre o “paciente”

Quanto às orientações ou aos aconselhamentos feitos nos laudos, verificou-se que os aspectos afetivos da relação pais-filho são apontados como os principais fatores da dificuldade escolar. As relações familiares são consideradas, primordialmente, como estruturantes da autoestima da criança e de seu desenvolvimento escolar:

Começamos desaprovando a atitude em relação aos estudos do filho, fazendo-o ficar pela manhã e à noite preso aos livros, quando durante o dia assistira às aulas. Também prejudicial a atitude de comparação entre a filha mais velha bem-sucedida e Pr. sempre com notas baixas.” [...] Aconselhamos que deixasse estudar livremente, só assim adquirindo gosto pelos livros. Tentar diminuir a tensão (cr. 11 anos – Pr. 16).

Em outros laudos, pode-se constatar, ainda, a preocupação do profissional do SOSP em relação às necessidades afetivas da criança, como nesses dois casos:

Ela necessita, para se ajustar melhor, de afeição e compreensão de quem a cerca. Aconselhamos dada a impossibilidade de a senhora continuar com a menina, a procurar um internato. É necessário que seja um orfanato de freiras compreensivas e



que possam compreender entender o problema da menina. Oferecemo-nos para, depois de arranjado o lugar, irmos pessoalmente conversar com as freiras. Além disso, se a menina for para o orfanato, deve ser motivada a ver nele um lugar onde possa estudar e aprender a trabalhar. Deve ser evitada qualquer referência a sua ida como castigo pelas falhas que cometeu (cr. 9 anos - Pr. 10).

Torna-se relevante destacar que os internatos na década de 50 eram instituições disputadas pela crença no valor da educação integral. Muitas crianças eram internas em instituições religiosas e públicas, como seminários de formação religiosa e a escola localizada na Fazenda do Rosário, fundada por Helena Antipoff, para cursarem uma educação de qualidade. Além disso, no caso das crianças com deficiência, não havia escolas regulares que as recebessem, sendo necessário o encaminhamento dos casos para escolas especiais, como o Instituto Pestalozzi.

Observa-se, ainda, que, nos educandários públicos e particulares, os alunos com queixas escolares deixaram de ser encaminhados aos conselheiros religiosos ou disciplinares. Neles, aos poucos, criaram-se setores responsáveis pela orientação escolar, à maneira do funcionamento do SOSP. Em outro laudo, ressalta-se a mudança de atitude na forma de tratamento dos pais, diante de uma educação bastante rígida:

Aconselhamos, de modo geral, uma atitude de maior paciência e compreensão dos familiares, especialmente a mãe. Recomendamos que dê atenção ao filho passeando com ele nos dias de folga, dando-lhe, enfim, uma segurança afetiva que ele parece estar muito carecido. Recomendamos que cessem todos os castigos físicos em relação à turbulência do garoto que parece ser com o fim de chamar a atenção sobre ele mesmo, use uma atitude de pouco valor (cr. 7 anos - Pr. 2).

Metade dos laudos analisados apresenta um diagnóstico de crianças com alterações significativas na medida de inteligência e outras condições desfavoráveis à aprendizagem, como retardo e atraso mental. Os três laudos a seguir exemplificam referência a déficit intelectual ou atraso mental como causa da dificuldade da aprendizagem, sendo aconselhado o encaminhamento da criança à escola especializada:

Transmitimos à mãe o resultado da prova de inteligência: acusou ela um certo atraso mental (Q.I.67).[...]Para que aPr. aprenda, necessita ela de ensino especializado, que pode ser ministrado por prof. capaz de fazê-lo, em aulas particulares, ou então levando a Pr. para o Pestalozzi (cr. 9 anos - Pr. 11).

Procuramos explicar à mãe o problema da deficiência mental. Não foi difícil explicar isto, porque ela já tinha consciência do caso e, além disto, é professora acostumada a tratar com estas dificuldades. Depois de explicar o baixo Q.I. de pr., aconselhamos uma educação em escola especializada (cr. 8 anos - Pr. 5).

Comentamos com os pais os pontos que foram assinalados. Falamos da pequena dificuldade intelectual que fora constatada e da necessidade de que o ensino fosse ajustado a pr.[...] Seu ensino tem que ser todo individualizado. Pr. poderá continuar na escola para se socializar, porém aprenderá com a professora particular. Para isso,



a professora deveria ser instruída no sentido de ensinar ao menos de forma bastante concreta e repetitiva. Contraíndico que seja a mãe. [...] Deverá voltar ao SOSP quando estiver no fim do ano do curso primário. [...] Fazer com urgência o tratamento neurológico (cr. 8 anos – Pr. 6).

Em outros casos, a orientação era eminentemente clínica, no sentido de tratamento com profissionais especializados, como se segue: “Em primeiro lugar, deve ser feito um rigoroso tratamento endocrinológico. Procuramos convencê-la a procurar então um bom especialista e deixar que ele faça o tratamento que achar necessário” (cr. 7 anos – Pr. 3).

Alguns laudos apresentam, em sua avaliação e orientação psicológicas, a combinação de problemas emocionais com os de ordem biológica. Encontramos trechos, em dois casos, que mostram essa associação:

A família deve ter bem claro que se trata de criança que requer cuidados especiais, tanto físico quanto morais. Necessita de ambiente de afeição, estímulo e consideração que o ajude superar o defeito físico, o qual deve ser olhado e comentado com naturalidade. Os cuidados, entretanto, não devem ser tais que o menino fique sem iniciativa e se sinta incapaz de qualquer tarefa. Deve-se entregar-lhe, de maneira natural, todos os trabalhos para os quais esteja apto. (cr. 10 anos – Pr. 14).

A mãe foi informada do resultado da prova de inteligência. Contudo, a orientadora procurou deixar bem claro, não é esta a principal dificuldade da menina. Ela se acha seriamente doente, precisando de cuidados imediatos. Seria conveniente que fosse procurado um psiquiatra, [...] para que a menina pudesse fazer o tratamento. [...] Seria necessário também que a mãe se submetesse a tratamento (cr. 8 anos – Pr. 7).

Apenas um dos 64 laudos faz referência à escola e à relação professor-aluno como importantes para a superação do problema de aprendizagem:

Modificar sua atitude e a do marido em relação às professoras do pr. deixando de criticá-las e desvalorizá-las em presença dele. Adotar uma atitude positiva de aprovação para restabelecer o laço afetivo entre pr. e sua professora. Só aceitando sua autoridade e o que ensina poderá melhorar seu comportamento na escola [...] (cr. 9 anos – Pr. 12).

Constatamos, nos trechos acima, que o processo de atendimento do SOSP encerrava-se com uma entrevista devolutiva com a família ou responsável pela criança. Nessa, geralmente, era recomendada uma psicoterapia para a criança. Como se pode pressupor, os profissionais do SOSP, nos casos de criança com encaminhamento de queixa escolar, problematizavam a criança, e não a fonte de solicitação, adequando, muitas vezes, as necessidades das fontes de encaminhamento aos resultados creditados no processo de psicodiagnóstico.



5. Considerações Finais

Ao resgatar-se a história do SOSP, nos anos 50, em Belo Horizonte, à luz do acervo documental constituído por laudos psicológicos e outros importantes documentos, verificamos o quanto sua criação e funcionamento estavam vinculados politicamente à produção e à reprodução de um projeto nacionalista de cunho desenvolvimentista. As condições de trabalho, geradas pela sociedade industrial capitalista, exigiam novas formas de recrutamento e seleção de mão de obra, mediante o estudo científico de aptidões, vocações e de traços de personalidade que garantissem a adaptação e a produtividade dos indivíduos à nova ordem.

Nos anos 50, Belo Horizonte assistiu a grandes mudanças tanto no campo socioeconômico e político quanto no educacional, com ocorrência de grandes transformações sociais, sobretudo no tocante ao aumento vertiginoso da população. Surgiu, então, a demanda por uma escolarização, cuja concepção educacional estivesse comprometida com o desenvolvimento e a eficiência do indivíduo no meio social, integrando-o aos interesses da sociedade. A coexistência de altos índices de evasão e de manipulação de dados de repetência, identificada em algumas pesquisas educacionais, mostra serem as crianças provenientes das camadas mais pobres da população as maiores vítimas do processo de exclusão social, regida pela seletividade escolar.

O discurso da queixa escolar, na década de 50, sustentava-se em teorias científicas e práticas psicométricas legitimadores de uma seletividade social centrada nas características psicológicas e psicopatológicas do aluno e de sua família. A maioria dos laudos psicológicos, de crianças das séries iniciais encaminhadas ao SOSP, nos anos de 1950, evidencia o predomínio de um modelo clínico voltado para o psicodiagnóstico dos problemas de aprendizagem por elas apresentados, situando como causas principais fatores orgânicos, déficit intelectual, problemas emocionais e de relacionamento familiar. Outro aspecto constatado é que havia uma padronização do trabalho: os mesmos atendimentos e procedimentos de diagnóstico eram aplicados independentemente da queixa de encaminhamento da criança.

Medição, classificação e identificação de patologias de crianças encaminhadas com problemas de aprendizagem tornaram-se uma prática social e cientificamente aceita para explicar, justificar e legitimar a existência de alunos normais e com deficiência de aprendizagem. O sucesso dessa diferenciação, garantido pela avaliação e classificação de um indivíduo de forma científica e sistemática, tornou realidade o sonho do projeto social de desenvolvimento e de modernização pela educação, visando ajustar e adaptar seus membros às diversas funções produtivas. Ao alicerçarem, acriticamente, suas práticas nos instrumentos psicométricos, os pioneiros do SOSP excluíram a escola do processo de diagnóstico e da proposta de tratamento da criança.



Fundamental, também, considerarem-se processos e mecanismos que constituem a vida diária da escola, a formação recebida pelos professores, a desvalorização crescente da profissão docente e os grandes desafios enfrentados na prática docente diária. Dessa forma, a partir da década de 1950, o profissional do SOSP passou a desempenhar, gradativamente, junto ao sistema escolar mineiro, um papel de consultor, especialista em educação, ergonomista, pesquisador e estendendo sua atuação na participação de programas escolares, modificação nos currículos, enturmações, orientações de pais, professores, pedagogos e outros especialistas em educação.

Tendências classificatórias, que silenciavam o processo social de construção da queixa escolar e ressaltavam características subjetivas e/ou físicas diferenciadas aos alunos, foram encontradas, desde classificações de “dificuldades escolares”, para os casos simples, até “síndromes”, “transtornos”, “deficiências” ou “anormalidades”, para os mais complexos. Essas evidências nos levam a concluir que, na experiência inicial dos pioneiros do SOSP, estava presente a mesma lógica que predominava na psicologia científica da época, uma concepção individualista, adaptacionista e higienista da educação.

Referências

- Abade, F. (2005). Vocational guidance in Brazil: a historic revision of scientific production. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(1), 15-24. Recuperado em 21 de julho, 2011, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-33902005000100003&script=sci_arttext
- Almeida, S. & Neves, M. (2003). A atuação da psicologia escolar no atendimento aos alunos encaminhados com queixas escolares. Em S. Almeida & M. Neves (Orgs.). *Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação profissional* (pp. 83-104.). Campinas, SP: Alínea.
- Angelucci, C., Kalmus, J., Paparelli, R. & Patto, M. H. S. (2004). O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. *Educação e Pesquisa*, 30(1), 51-72.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (4a ed.). (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1977).
- Bourdieu, P. & Passeron, J.-C. (1975). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Original publicado em 1973).
- Cabral, E. & Sawaya, S. (2001). Concepções e atuação profissional diante das queixas escolares: os psicólogos nos serviços públicos de saúde. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 6(2), 143-155. Recuperado em 21 de julho, 2011, de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v6n2/7269.pdf>



- Campos, R. H. F. (1992). Notas para uma história das ideias psicológicas em Minas Gerais. Em AA. VV. *Psicologia: possíveis olhares, outros fazeres* (pp. 11-64). Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais.
- Campos, R. C. (2008). *Análise e constituição do acervo documental do Serviço de Orientação e Seleção Profissional (1949-1994)*. Relatório Técnico de Pesquisa FAPEMIG: SHA 501-05.
- Campos, R. C., Silva, L. & Silva, R. (2005). Fontes primárias de documentação para a história da psicologia e história da educação: constituição do acervo do serviço de orientação e seleção profissional - SOSP (1949-1994). *Escritos Sobre Educação*, 4(2), 49-55. Recuperado em 20 de julho, 2011, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Campos, R. C. (2010). Ecos do passado: a desconstrução da pesquisa histórica na constituição de um acervo documental. Em R. C. Campos (Org.). *Pesquisa, educação e formação humana: nos trilhos da história* (pp. 13-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Carvalho, M., Ramos, J., Fernandes, M., Ribeiro, S. & Moura V. (2010). Manifestações sugestivas da Síndrome de Burnout e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. *Revista Extra-Classe*, 3(2), 36-63.
- Carvalho, V. (2011). *Ex-combatentes do Brasil: entre a história e a memória*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. Em J. Poupart, J. Deslauries, L. Groulx, A. Laperriere, R. Meyer & A. Pires (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295-316). (A. C. Nasser, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1997).
- Checchia, A. & Souza, M. (2003). Queixa escolar e atuação profissional: apontamentos para a formação de psicólogos. Em M. Meira & A. Mitsuko (Orgs.). *Psicologia escolar: teorias críticas* (pp. 105-137). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Coutinho, J. (2010). Oswaldo Aranha e a política externa de Getúlio Vargas (1934-1944). Em *Anais Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio, XIV*, (pp. 1-10). Rio de Janeiro: UniRio. Recuperado em 14 de novembro de 2011, de http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276654160_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf
- Cunha, J. (2000). *Psicodianoóstico V*. Porto Alegre: Artimed.
- Cury, C. (1986). *Ideologia e educação brasileira* (3a ed.). São Paulo: Cortez. (Original publicado em 1978).
- Discursos da solenidade de instalação do Serviço de Seleção de Orientação Profissional. (1950). *Revista de Ensino*, VIII(194), 325-340.



- Freitas, M. (2006). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Freller, C. (2004). Criança portadoras de queixa escolar: reflexões sobre o atendimento psicológico. Em S. Almeida (Org.). *Psicologia escolar: em busca de novos rumos* (pp. 67-82). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Galvão, A. M. & Batista, A. (2003). Manuais escolares e pesquisa em história. Em C. Veiga & T. Fonseca (Orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil* (pp.161-188). Belo Horizonte: Autêntica.
- Gil, A. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo: Atlas. (Original publicado em 1987).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (1953). *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (1962). *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2000). *Censo demográfico, 2000*. Rio de Janeiro: Autor.
- Lopez, A. & Mota, C. (2008). *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC.
- Machado, A. & Souza, M. (2004). As crianças excluídas da escola: um alerta para a psicologia. Em S. Almeida (Org.). *Psicologia escolar: em busca de novos rumos* (pp. 39-54). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Martins, J. S. (2002). *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mendonça, A., Xavier, L., Breglia, V., Chaves, M., Oliveira, M., Lima, C. & Santos, P. (2006). Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. *Revista Brasileira de Educação*, 11(31), 96-113. Recuperado em 25 de outubro de 2013, de <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000100008>
- Lei n.º 482. (1949, 11 de novembro de 1949). Cria, no Instituto de Educação, o Serviço de Orientação e Seleção Profissional do Governo do Estado. Belo Horizonte: Minas Gerais - Órgão Oficial dos Poderes do Estado.
- Pasquali, L. (Org.). (2001). *Técnicas de exame psicológico - TEP: manual, volume I*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Patto, M. H. S. (1987). *Psicologia e ideologia*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Patto, M. H. S. (1990). *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz.



- Patto, M. H. S. (1991). *Introdução à psicologia escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Patto, M. H. S. (2008). *Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte [PBH]. (1953). *Anuário estatístico de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Autor. Recuperado em 04 de julho, 2012, de <http://www.pbh.gov.br/smsa/montapagina.php?pagina=entrada.php>.
- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte [PBH]. (2007). *História de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Autor.
- Renault, A. (1951). Em torno do trabalho escolar (carta a uma diretora). *Revista de Ensino*, IX(198), 122-128.
- Renault, A. (1952). *A palavra e a ação*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- Ribeiro, S. C. (1993). A educação e a inserção do Brasil na modernidade. *Cadernos de Pesquisa*, 84, 63-82.
- Ribeiro, M. L. C. (2006). Serviço de Orientação e Seleção Profissional - SOSp: (1949 - 1994): memória a ser resgatada [Resumo]. Em *Anais Seminários de Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais* [CD-ROM]. Campanha, MG: UEMG.
- Souza, M. A. (2004). Queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. Em S. Almeida (Org.). *Psicologia escolar: em busca de novos rumos* (pp. 19-38). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Xavier, M. C. (2007). *A tradição (re)visitada: a experiência do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais - CRPEMG (1956-1966)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Zanella, A. V. (1999). Psicologia social e a escola. Em M. Jacques, M. Strey, M. Bernardes, P. Guareschi, S. Carlos & T. Fonseca (Orgs.). *Psicologia social contemporânea* (pp. 221-229). Petrópolis, RJ: Vozes.

Nota Sobre os Autores

Mauro Giffoni de Carvalho é psicólogo, doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor e pesquisador da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Arte e Linguagem FaE-UEMG. E-mail: maurogiffoni@yahoo.com.br



Regina Célia Passos Ribeiro de Campos é psicóloga, doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Pesquisadora e professora Adjunta do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: reginacampos2000@yahoo.com.br

Nelson Luiz Ribeiro da Silva é psicólogo, especialista em Psicopedagogia pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais de Minas Gerais - CEPEMG. Professor e pesquisador da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. E-mail: nelsonluizr@gmail.com

Data de recebimento: 14/03/2013

Data de aceite: 31/10/2013